

Santa Maria dos Olivais: uma freguesia património de Lisboa

Francisco Carvalho
franciscocarvalho.07@gmail.com
Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

ABSTRACT

St. Mary of Olivais, now also identified by parish of Olivais or just Olivais, back to the end of three hundred and its origin is a decision of the Archbishopric of Lisbon on the creation of the parish of that name. Lands formed by “termo” of Lisbon, has been the subject of transformations of all kinds, especially in the last century. In this article presents a brief description of Olivais to the present, highlighting the main urban interventions recorded in the last century, the contexts in which they occurred and their implications more relevant.

KEY WORDS

History, urban planning, heritage. Lisbon, parish of Sta Mary of Olivais

RESUMO

Santa Maria dos Olivais, doravante também identificada por freguesia dos Olivais ou apenas por Olivais, remonta ao final de Trezentos e na sua origem está uma decisão do Arcebispado de Lisboa acerca da criação da paróquia com esse nome. Formada por terras do “termo” de Lisboa, tem sido objecto de transformações de toda a ordem, sobretudo no século passado. No presente artigo, faz-se uma breve descrição dos Olivais até à actualidade, realçando as principais intervenções urbanísticas verificadas na última centúria, os contextos em que as mesmas ocorreram e suas implicações mais relevantes.

PALAVRAS-CHAVE

História; urbanismo, património, Lisboa, freguesia de Santa Maria dos Olivais.

INTRODUÇÃO

A história da paróquia dos Olivais remete a Trezentos. Concretamente, reconduz-nos a 6 de Maio de 1397, data em que D. João Anes, Arcebispo de Lisboa, decide criar a paróquia de Santa Maria dos Olivais onde terá sido construída a igreja da Praça, decisão que seria confirmada por bula papal de Bonifácio IX de 1400 (Delgado, 1969; Dias e Dias, 1995, Lemos, 1997). Ainda hoje, no exterior do actual templo, pode ver-se uma lápide onde se lê: “Igreja de Santa Maria dos Olivais” e “Esta paróquia foi criada a 6 de Maio de 1397” e logo abaixo “Sendo padroeira Nossa Senhora da Assunção”. Todavia, a presença humana neste espaço deixou vestígios desde o Paleolítico, devendo ter formado povoado no Neolítico, mantendo-se ininterruptamente até à actualidade documentadas que estão a presença romana e a muçulmana (Lemos, 1997; Torres e Portas: 1995). A novel paróquia era constituída por terras do “termo” de Lisboa, doadas ao município por D. João I, em 1385, “em recompensa de serviços prestados à Nação e à Realeza”, terras que outrora “pertenciam aos arrabaldes citadinos, para lá de Chelas, com a Marvila das mesquitas mouras na posse do Bispado desde 1149 [...] e, presumivelmente, à freguesia de Sacavém, constituída no século XII, talvez nos sítios dos Marcos, da Encarnação e da Portela”, segundo Ralph Delgado (1969: 15). Referenciando as hipóteses mais seguras, é ainda Delgado (1969: 36) quem sustenta que Santa Maria dos Olivais só deve ter tido verdadeiro começo no século XVI, porventura mercê de um aforamento feito por um tal Francisco Carneiro, em 1566, “de vários chãos de dez varas de largo, cerca de onze metros, ‘junto à igreja’, de um olival que herdara em morgado” de uma sua tia, “para se fazerem casas”, chãos, provavelmente, do futuro Rossio [actual Praça da Viscondessa], da futura Calçadinha ou das duas serventias”. Ao tempo, Olivais correspondia a um perímetro em que de entre as maiores linhas de contorno se encontravam os “Marcos até Beírolas, a Panasqueira de Cima, a Portela, a Estrada de Sacavém, o Vale da Fonte do Louro, o fundo de Chelas com a encosta do lado do Alto das Conchas e toda a margem ribeirinha a partir do Grilo, findando um pouco além da actual Estrada da Circunvalação” (Delgado, 1969: 25). Depois, a partir do núcleo central próximo do templo, e gradualmente, foi ganhando forma. Assim, continuando a acompanhar Ralph Delgado, e a título de exemplo, no século XVIII, “os limites fixados por decreto de 3 de Dezembro de 1755, confirmados por alvará de 12 de Maio de 1758, estendiam-se, do lado do Tejo, até Santa Apolónia, partindo os Olivais do Vale de Chelas, enquanto do lado de Sacavém as demarcações da freguesia abrangiam os Marcos, a Portela e a Estrada de Sacavém, na face anexa à Bela-Vista” (Delgado: 22). No entanto, logo em 1756, em consequência da criação da freguesia do Beato, foram retirados aos Olivais “Chelas, Fonte de Louro até à Cruz do Almada, Rua Direita de Marvila, Grilo, Beato e Poço do Bispo”. Enfim, só para nos quedarmos pelo período pós-terramoto até ao termo da década de setenta do século XIII, a jurisdição da freguesia objecto deste artigo foi alterada pelo plano de 1780, que restituiu a Rua Direita aos Olivais, plano esse que, por seu turno, alteraria o que fora definido em 1770.

Do ponto de vista da demografia histórica, por uma primeira contagem feita em 1620, existiam na povoação dos Olivais 650 fogos e um total de 5160 habitantes, maioritariamente vivendo da agricultura ainda que alguns se

dedicassem à pesca e à extracção do sal (Lemos, 1997). Teresa Rodrigues (1990: 55-56) estima em 2092 o número de habitantes dos Olivais, no dealbar da segunda metade de Setecentos, em 1755, mas antes do terramoto que assolou Lisboa. Porém, na sequência de um inquérito efectuado em 1758 às paróquias da capital, justamente para avaliar as consequências do terramoto, o pároco dos Olivais responde: “Olivais he aldea e parochia do termo da cidade de Lisboa, de que dista legoa e meia para o Nordeste: o seu povo ja chegou a 900 fogos, pouco depois do terramoto: hoje consta de 647, com alma, 1770, sujeitas no civil ao Corregedor do Bairro d’ Alfama, e todos na matris consagrada a Santa Maria dos Olivaes” (Portugal e Matos, 1974: 293). Por outro lado, Lemos e Lemos (1997) reproduzem profusa documentação acerca do “fácies” rural da zona oriental de Lisboa, especialmente sobre os Olivais de 1763, reveladora da existência de grandes propriedades pertença do clero e da nobreza, a par de pequenas propriedades. Ainda na segunda metade de Setecentos são instaladas as primeiras unidades fabris (Lemos, 1997), mas a partir de Oitocentos novas fábricas vão surgindo e com elas a construção de pátios e vilas, designadamente em torno da zona correspondente ao actual núcleo urbano de Olivais Velho (Dias e Dias, 1993). Tal foi o caso de uma fábrica de estampania de tecidos (a fábrica Alves Gouveia) em 1874, na Quinta das Casas Novas, pertença desse industrial, que laborou até aos anos 40 do século XX e que em 1877 empregava mais de 200 operários, para os quais o empreendedor em causa mandara construir um bairro em 1882. Segundo Lemos (1997:44), articuladamente com o crescimento dos Olivais nos finais do século XIX, implanta-se na área da antiga Quinta do Paiva e Olival do Barbosa a que ainda hoje é conhecida por vila Gouveia, pertencente àquele industrial em 1917, sendo aí que “João Smith, em 1891, adaptando um dos edifícios, construiu uma escola”, da qual é “herdeira” a actual Escola do 1.º ciclo n.º 55, junto ao Bairro do Casal dos Machados (Carvalho, 2007: 269 e segs). A freguesia constituiu-se como “logradouro apetecível da fidalguia lisboeta (...) zona essencialmente de regalo” até finais do século XIX (Delgado, 1969: 21), a despeito de contribuir para o aprovisionamento citadino e para o crescimento de Lisboa, sob um lento processo de anexação. Ainda no século XIX, por decreto de 11 de Setembro de 1852, que fixa novos limites à cidade de Lisboa, Santa Maria dos Olivais ascende a concelho e, trinta e três anos depois, por carta de lei de 18 de Julho de 1885, deixa de pertencer ao termo de Lisboa e passa a incorporar a cidade, “ficando com parte do seu território além da estrada da circunvalação, anexa à freguesia de Sacavém, do concelho de Loures”, como sustenta Vieira da Silva (1943: 67). Embora com objectivos de valorização, Santa Maria dos Olivais tem duração efémera como concelho, já que a consagração legal desse estatuto não é acompanhada de incentivos adequados. Daí veio resultar a sua extinção por decreto de 22 de Julho de 1886, o qual redefine os limites de Lisboa, alargando-os, “tendo sido reintegradas áreas pertencentes aos concelhos dos Olivais e de Oeiras.” (CML, 2005: 29), sendo então criado em substituição do concelho dos Olivais o concelho de Loures. Apesar da duração efémera do concelho dos Olivais, verificaram-se interessantes transformações de natureza económica e social, sob o impulso dos novos meios de transportes. Depois da estrada da circunvalação, aberta em 1852, veio o caminho-de-ferro, em 1856 (Gomes e Gomes, 2006: 12), que ao ligar Lisboa ao Carregado – Linha do Leste, e tendo Olivais uma estação própria, ajudou a encurtar distâncias, possibilitou a instalação de mais fábricas, armazéns e oficinas, bem como o escoamento de

produtos agrícolas e manufacturados e a fixação de novos residentes. Mesmo assim, no recenseamento de 1900, o número de habitantes não ia além de 6887, o que comparando com o volume populacional recenseado em 1890 (5429 residentes) representava um ligeiro acréscimo (N= 1458; 14,6%). Até certo ponto, a atracção que a Lisboa Oitocentista exercia e a expansão urbana que conhecia (Rodrigues, 1995) ainda não eram significativas em Olivais

AMBIENTES EDIFICADOS

Até finais de Oitocentos pode dizer-se que se assiste a uma lenta maturação na fisionomia de Santa Maria dos Olivais, sendo já em pleno século XX que se observam grandes transformações. No que aos Olivais se refere, podem de facto distinguir-se três importantes intervenções sócio-urbanísticas, correspondentes a outros tantos ambientes edificados: o Bairro da Encarnação, nos anos quarenta, as urbanizações de Olivais Norte e Sul, nos anos 60-70, e o Parque das Nações, desde a década de 90. Vale a pena seguir nos seus elementos essenciais a evolução verificada, começando pelo Bairro da Encarnação.

O BAIRRO DO ENCARNAÇÃO

Constituído por moradias unifamiliares para os pobres e remediados eleitos pelo Estado Novo, no âmbito da política de habitação social dos primórdios do regime salazarista e do seu programa das casas económicas (Baptista, 1999, Carvalho, 2007, Nunes, 2007, Silva, 1994), o Bairro da Encarnação marca o início dos novos Olivais. Esse programa instituído pelo Decreto-Lei n.º 23 052, de 23/09/1933, que assentava na defesa da família e no acesso à propriedade da casa, definia no seu artigo 2º que, dentro das “preferências fixadas”, as casas eram distribuídas “aos chefes de família, empregados, operários ou outros assalariados, membros dos sindicatos nacionais, funcionários públicos, civis e militares, e operários dos quadros permanentes de serviços do Estado e das câmaras municipais”, que se responsabilizassem pelo pagamento das prestações mensais nas condições previstas nesse diploma. Para lá desses beneficiários, também houve moradias distribuídas a funcionários do então recém-construído Aeroporto da Portela. O projecto coube ao arquitecto Paulino Montez, que nele ensaiou reproduzir um pretenso modelo de “aldeia portuguesa” adaptado à ideia de “cidade e jardim”. Construído entre 1940 e 1946, no antigo lugar da Panasqueira, que “sempre fora dos mouros, como o eram as heranças de arredor” segundo documento de 1498 (CML: 135) em terrenos municipalizados, ocupando uma área próxima dos 47 hectares onde antes existiam quintas e azinhagas, este bairro tinha como principal característica o facto de as casas serem habitadas em regime de propriedade de renda resolúvel, paga durante 25 anos, depois alterados para 20, após os quais os inquilinos tornavam-se proprietários. Nunes Silva (1994: 120-121) sustenta que não só se tratou do maior bairro de casas económicas, 1340 habitações, sendo 800 da classe A e 540 da classe B, predominando em ambas o tipo II, mas também que foi o “único caso em que a Câmara obteve resultados positivos com o empreendimento” (Silva, 1994:123). Segundo o mesmo autor, em 1942, estavam construídas cerca de 1092 casas, sendo o nível médio das prestações mensais dos mais elevados, só superado pelo bairro da Calçada dos Mestres, em Campolide.

Muitos dos primeiros habitantes do bairro da Encarnação eram funcionários públicos, civis, militares e agentes de polícia, cujo regozijo de poderem vir a ter uma casa com custos limitados era temperado pelo facto de a Encarnação ser uma zona periférica da Lisboa e mal servida por transportes públicos, para lá do valor das rendas e de vicissitudes dos processos de selecção. Posto o bairro a concurso em 1944, quando já se encontravam prontas para distribuir 648 casas, aconteceu que a procura foi reduzida, até porque a Encarnação não possuía ligações por transporte público ao centro da cidade. Como recorda Lemos (1997: 7):

“Em 1944–45 o eléctrico só chegava à Praça Paiva Couceiro ou Praça do Chile. A partir daí, os habitantes deslocavam-se a pé seguindo dois caminhos: ou por Chelas, passando Braço de Prata e subindo para S. Cornélio; ou pelos carreiros do Areeiro que se dirigiam à Quinta da Fonte do Louro. Ao todo, gastava-se 45 minutos a andar normalmente. Daí que as casas quase tenham sido oferecidas”.

Sucedeu também que, tal como observa Nunes Silva (1994: 120), “[o] nível das prestações mensais afastava, à partida, do acesso às casas económicas, uma fatia considerável dos potenciais candidatos”, e, depois, “[o]s que passavam a barreira do rendimento tinham ainda de vencer a dos critérios de selecção e finalmente a sua colocação na lista de espera. Ora, é aí que se revela a importância de certos agentes e do seu papel na organização social do espaço”, traduzido num “grande poder discricionário na distribuição das casas, ao ponto de ter levantado “dúvidas quanto à sua correcção”. Fosse como fosse, parte dos primeiros ocupantes do bairro da Encarnação venderam depois as casas a terceiros, que as modificariam entretanto no sentido da sua ampliação, sacrificando os espaços exteriores, tal como aqueles que lá permaneceram, sobretudo depois de se tornarem proprietários. Mas a marca da primeira fase do regime salazarista, essa, permanece neste que também é conhecido por “Bairro Borboleta” visto a sua configuração se assemelhar a uma grande borboleta, cujo corpo central é a alameda que vai do quartel dos bombeiros à Igreja de N. Sr.^a da Encarnação e as asas, completamente simétricas, são os arruamentos ladeados por moradias com um e dois pisos, quintal e jardim (Torres, Portas: 1995). Embora nos anos 40 e para lá do bairro da Encarnação fosse ainda construído o aeroporto da Portela, enquanto na parte oriental da freguesia era instalada a refinaria de petróleo em Cabo Ruivo, ampliada e reconvertida posteriormente, bem como construída a doca onde meio século mais tarde veio a realizar-se a Expo 98, e ocupada a zona ribeirinha, mormente de Cabo Ruivo a Beirolas, é no entanto na década de 60 do século passado que se operam grandes transformações, de que Olivais é exemplo. Tal acontece, no entanto, num outro contexto, ligado a uma preocupação de ordenamento da cidade alargada e de planeamento à escala regional. Ora, é nesse quadro que é publicado o Decreto-Lei n.º 42 142, de 1959, pelo qual a divisão administrativa de Lisboa é alterada, sendo então criadas várias freguesias, Marvila, Prazeres, Santo. Condestável, Alvalade, Campolide, N. Sr.^a de Fátima, S. Domingos de Benfica e S. João de Brito, enquanto as existentes são ajustadas do ponto de vista territorial, como sucedera com Santa Maria dos Olivais, que de “colosso”, na expressão de Delgado, passava a ser uma “sombra do passado”, embora com seus 10,93 km² de superfície (INE, 2004) continuasse a ser a maior das freguesias de Lisboa.

OLIVAIS NORTE E OLIVAIS SUL

Como se disse, os novos ambientes edificados, reflectidos nas urbanizações Olivais Norte e Olivais Sul dos anos sessenta da centúria passada, acontecem num contexto diferente daquele que levou à construção do Bairro da Encarnação. Agora, com efeito, face ao esgotamento do modelo de casas económicas e à necessidade de responder ao magno problema da habitação agravado pela multidão de desalojados que proliferava em torno da capital, concorrendo para o crescimento desregulado da periferia enquanto a cidade-capital ia perdendo a capacidade de atracção que possuía, do que se tratava era de programar Lisboa, como espaço urbano alargado, sob uma escala de região, e de investir na oferta diversificada de habitação: casas de renda económica, empréstimos a beneficiários da Previdência para construção ou aquisição de habitação própria. Paralela e concomitantemente, tratava-se de promover o mais possível a inserção de populações diferenciadas, tanto pelo poder de compra como pelo estatuto social, mediante a oferta de habitação económica e de equipamentos colectivos, cabendo ao Estado regular o investimento, através de instituições de previdência e outras entidades, e ao município de Lisboa executar o programa urbanístico. Daí a publicação de importantes diplomas de que se destaca, pelas suas implicações em Olivais, o Decreto-Lei n.º 42 454, de 18 de Agosto de 1959. Esse “Decreto fundador”, como lhe chama João Nunes (2007), visava sobretudo as populações em precárias condições de alojamento, partes de casa, prédios degradados, bairros de lata, para quem se preconizam habitações definitivas e de módica renda quanto possível.

A acção de planeamento consequente e os efeitos urbanizados daí resultantes, sucessivamente em Olivais Norte, Olivais Sul e Chelas (14), são para Luís Baptista (1999: 191) uma “experiência limite” na cidade de Lisboa, não só “porque se tratava da última grande área expectante dentro dos actuais limites administrativos da cidade”, como “porque, atingido o limite físico da cidade, é também o único exemplo dentro da capital portuguesa da tentativa de criação de núcleos residenciais semi-autónomos face ao centro da cidade e em ligação com a região, imbuído do espírito bem marcado na época de valorização das chamadas ‘cidades satélites’”. Na esteira do autor citado, diríamos que os Olivais “ajudaram” à transição da Lisboa-cidade para a Lisboa-metrópole. Assim, a morfologia da zona oriental de Lisboa a norte do Vale do Chelas, a relativa desinserção do ambiente edificado da cidade na época e as condições paisagísticas de Santa Maria dos Olivais vão fazer desta freguesia uma área privilegiada para ensaiar tentativas de resolução de graves problemas, como os da habitação e do ordenamento do território. Vale a pena ter presente que a freguesia dos Olivais de então, se descontarmos que na zona ocidental existia o novel Bairro da Encarnação, na zona central o reservatório de águas e na oriental instalações portuárias, caminho-de-ferro e indústrias, além de aglomerados de casas, não era muito mais que quintas e azinhagas, ou seja, uma predominante vegetação de oliveiras nos arrabaldes da Lisboa – cidade. Ora, é para aí, numa extensa área de 40 hectares em Olivais Norte e 186 hectares em Olivais Sul, que se projectam vias de circulação, espaços verdes, edifícios de habitação de 4, 8 e 12 pisos, algumas moradias, equipamentos colectivos, serviços, tendo subjacente não só a preocupação de evitar “guetos”, contrariando a concentração de fogos de uma mesma categoria, mas concomitantemente de evitar também a mistura indiscriminada das categorias das habitações,

legitimada na hierarquização dos valores das rendas, cujos limites mensais legalmente fixados (v. artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 42 454) variavam entre os 200/300\$00 e os 1500\$00. Ao tempo, o primeiro plano a arrancar foi o da célula A na urbanização dos Olivais Norte, que datava de 1959 e tinha sido aprovado pelo Decreto – Lei n.º 24 454, de 18 de Março de 1960, uma vez que o exíguo prazo de três meses, determinado nesse diploma, levou a que a Câmara aproveitasse logo aquela zona onde os terrenos eram municipais e já havia um plano da edilidade elaborado entre 1955-1958, pelo que apenas foi necessário introduzir-lhe pequenos ajustamentos para cumprimento das condições legais fixadas (CML, s.d.; Pereira; Freitas; Portas, 1969). Quanto à urbanização dos Olivais-Sul iniciou-se em 1963, nos terrenos expropriados nos anos 30-40 (CML, 1963a; 1963b, 1963c, 1966). É claro que entre o projectado e o efectivamente edificado não houve completa coincidência. Afinal o acesso por metropolitano para Olivais Sul não se realizou, tal como o grande centro cívico-comercial, para aí previsto e que representava o culminar da operação urbanística, não chegou a ser construído, sendo substituído por um centro comercial e perto deste edificada uma escola pré-fabricada. Por outro lado, a preponderância de critérios de distribuição de casa de renda económica levou a que os fogos fossem atribuídos a famílias numerosas, enquanto a falência das projecções demográficas determinou a construção de mais escolas e o atraso na instalação de outros equipamentos de utilidade pública, como bibliotecas, redundaria em adiamentos ou esquecimentos. Em todo o caso, a integração dos escalões de planeamento da malha urbana na cidade foi ensaiada e tanto a inserção geral das populações por tipo de habitações, como a diluição espacial das categorias de fogos foram acontecendo (Baptista, 1999; Nunes, 2007). De resto, as características de inserção social num ambiente edificado concebido para facilitar a vivência de relações de proximidade e a miscigenação constituíam virtualidades sempre enaltecidas no discurso político da época. A título de exemplo, atente-se na seguinte passagem do discurso do então Ministro das Corporações e Previdência Social, Gonçalves de Proença, na inauguração de um agrupamento de casas em Olivais Sul, no 10 de Junho de 1964:

“[...] Não se trata de bairros só para operários ou só para a classe média, mas sim autênticas reproduções vivas da colectividade com todos os seus contrastes e divergências. Disso é prova flagrante a diversidade de categorias adoptadas nas habitações, que vão desde o fogo mais modesto à moradia mais digna, com o correspondente reflexo na escala das prestações estabelecida, fixadas entre 250\$00 e 1450\$00 mensais. E muitas são as vantagens desta nova concepção, tanto sob o ponto de vista social como sob o ponto de vista económico, bem expressas no sentido educacional da convivência, na complementaridade das profissões e na interpenetração social”.

(Boletim do INTP, 1964: 499).

O CASAL DOS MACHADOS E OUTROS AMBIENTES EDIFICADOS

A intervenção urbanística baseada no Plano Geral de Urbanização para Olivais Sul foi dada por terminada no início dos anos setenta, mas o problema da habitação, esse, vai influir outros ambientes edificados. Tal sucede quanto mais a pressão demográfica, acentuada com o afluxo de retornados das ex-colónias, evidencia a premência da adopção de medidas tendentes a inverter a extensão do problema da habitação social, num quadro globalmente caracterizado por impotências da parte dos organismos estatais, do mesmo

passo que a autarquia lisboeta também não dispunha de recursos para debelar essa patologia urbana. Além de barracas, em número incalculável, Olivais tinha em 1986 cerca de 4000 fogos degradados (3899), segundo um levantamento realizado pela Câmara Municipal de Lisboa. Transitariamente, isto é, para ocorrer a situações de urgência, ainda são avançadas respostas pontuais, como a do bairro camarário da Rua Conselheiro Ferreira do Amaral, próximo do antigo edifício do Matadouro Municipal, na vizinhança da Quinta do Casal dos Machados, junto à linha férrea. Tratou-se de um aglomerado constituído maioritariamente por fogos de construção pré-fabricada, além de fogos de alvenaria e barracas, para albergar famílias desalojadas, mas que rapidamente se degradara, vindo a ser demolido em 1995, no âmbito da implementação de medidas de realojamento social ao longo da década passada (CML, 2000). Essas medidas consubstanciam-se no Programa de Intervenção de Médio Prazo (PIMP) e no Plano de Erradicação de Barracas (PER). Vale referir que o PIMP resultou de um protocolo celebrado em 1987 entre a Câmara de Lisboa, o Instituto Nacional de Habitação (INH) e o Instituto de Gestão e Alienação do Património Habitacional do Estado (IGAPHE), que previa a construção de 9698 fogos para realojar famílias dos principais bairros municipais provisórios, excepto da Musgueira Sul, bem como alguns núcleos de barracas, nos termos do qual ao Governo competia sobretudo o financiamento, metade a fundo perdido e o restante com juros bonificados amortizáveis pela Câmara durante 25 anos, e ao Município os projectos e execução das obras. Já o PER, por seu turno, foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 163/93 e possibilitou a erradicação de barracas que não estavam previstas no PIMP. Tanto o PIMP como o PER, sobretudo este, possibilitaram de facto amplas intervenções em Olivais, entre 1991 e 2001, materializadas designadamente em novas áreas edificadas: Casal do Machados, Avenida Cidade de Luanda, Avenida de Berlim, Bensaúde (v. Quadro 1), que permitiram o desenvolvimento de processos de alojamento e realojamento. Da leitura do Quadro 1, destaca-se, pela área abrangida (5.9 ha) e pelo número de fogos (928), o Bairro do Casal dos Machados.

QUADRO 1

Características das áreas de realojamento social em Olivais -1991/2001

DESIGNAÇÃO DAS ÁREAS	ÁREA (HA)	LOTES	FOGOS	CONSTRUÇÃO PROGRAMA
<i>Av. Cidade de Luanda</i>	1.4	4	132	1999/2001 PER
<i>Av. de Berlim</i>	2.0	19	257	1997/1999 PER
<i>Bensaúde</i>	2.9	36	357	200/2001 PER
<i>Casal dos Machados</i>	5.9	21	928	1991/1997 PIMP

Fonte: CML, 2001:4.9

Trata-se de um bairro localizado na quinta que lhe deu o nome, no perímetro da freguesia, entre a Avenida Infante D. Henrique e a Estrada da Circunvalação, e habitado na sua maior parte por famílias provenientes principalmente dos Bairros 14 de Julho, ali existente, da Rua Conselheiro Ferreira do Amaral e do Relógio, este surgido em 1965 na periferia do aeroporto na sequência da construção de pré-fabricados de madeira, em número superior ao milhar, para realojamento de populações do Vale de Alcântara para lá deslocadas devido

à construção da Ponte e demolido a partir de 1996 (CML, 2001; Campelo, Branco e Ferreira 2000).

Acresce que, ainda na década de noventa, quase trinta anos após o Plano Geral de Urbanização de Olivais Sul, o acesso através do metropolitano deixa de ser uma miragem. No local projectado para o Centro Cívico Comercial Principal é construído um conjunto edificado composto por torres habitacionais e pelo Centro Comercial, aberto ao público em 1995 e cuja fisionomia e funcionamento reflecte um outro estilo de vida urbano, enquanto próximo dele é construída uma nova escola básica do 1.º ciclo (Carvalho, 2007; CML, 1996; Nunes, 2007). Trata-se da actual escola pública Alice Vieira, antes escola n.º 25 que fora inaugurada no início do ano lectivo 1997/1998, substituindo assim o conjunto de pavilhões construído em 1961, no local onde está o Centro Comercial dos Olivais (Carvalho, 2007: 268). Paralela e concomitantemente com estas transformações, uma ampla intervenção estende-se à degradada zona oriental, uma intervenção surgida mercê dos maciços investimentos ligados à realização da Exposição Mundial de 1998, que vai possibilitar a construção de infra-estruturas e de novas acessibilidades, que de outra forma seriam difíceis senão mesmo inviáveis, por conseguinte, a recuperação de toda essa área. E chegamos ao Parque das Nações.

PARQUE DAS NAÇÕES

No início da década de noventa, a área onde veio a ter lugar a Exposição Mundial de 1998 mais não era do que lixo, contentores, fábricas desactivadas e habitações degradadas. Em menos de dez anos, porém, essa extensa zona desvalorizada na parte mais oriental de Lisboa, junto ao Tejo, ocupada por uma refinaria poluente aí instalada em 1940, um depósito de sucata militar, um matadouro frigorífico para aí transferido das Picoas-Saldanha em 1954, e uma lixeira, era regenerada, vindo a dar lugar a uma “nova” Lisboa, edificada numa área de 340 ha e 5 Km de frente ribeirinha, maioritariamente pertencente à freguesia de Santa Maria dos Olivais, herdada da Expo 98. Baptizada por Parque das Nações, compreende, designadamente, um terminal rodoviário, metro e estação ferroviária integrados na Gare do Oriente, uma selecta e selectiva zona residencial, porventura um “gueto de luxo”, bem como zonas lúdicas, estabelecimentos comerciais e de serviços, equipamentos sociais e culturais e espaços verdes. Dez anos volvidos sobre a Expo 98, a Gare do Oriente, o Pavilhão de Portugal, o Oceanário, o Pavilhão do Conhecimento, a Torre Vasco da Gama, os jardins Garcia de Orta, para citar algumas das edificações que permanecem como marcas emblemáticas daquele evento universal, assumiram estatuto de monumentalidade, passando a constituir referências obrigatórias da promoção turística e pontos de passagem, de visita ou diversão. E quanto à zona residencial? Terminada a “festa” Expo98, assistiu-se ao crescendo de construção e com ela à especulação fundiária e imobiliária. Em Junho de 2004 um T2 chegava a custar mais de 700 mil euros e o preço do m² de construção era superior 3 mil euros. Segundo a Parque Expo, no 1.º trimestre de 2004 já estavam construídos 2 800 fogos e em fase de edificação cerca de 4000, sendo o total final de fogos previstos de 8 260. Mais recentemente, porém, certamente por efeito da crise, o ímpeto imobiliário tem vindo a ser refreado. Como quer que seja, no afã de construir, nem sempre foi sendo acautelada a qualidade das habitações e daí não raro o aparecimento

de reclamações, mormente de residentes que adquiriram habitação na parte identificada como Expo Sul (CML, 2004). Por outro lado, a circunstância da área do Parque das Nações se distribuir por três freguesias, Sacavém, Moscavide e Olivais, de dois concelhos, Lisboa e Loures, suscita dificuldades acrescidas a uma actuação institucional concertada. Essa é de resto uma questão que no início da década passada levou mesmo a que uma Associação de Moradores e Comerciantes do Parque das Nações (AMCPN) reivindicasse a criação de uma nova freguesia, a freguesia do Oriente, aduzindo que o Parque das Nações possuía características próprias e problemas específicos, para além de cumprir os critérios legais para se constituir como freguesia (Lei n.º 8/93). Essa pretensão, no entanto, não mereceu na altura o acolhimento dos Presidentes das três Juntas de Freguesias (Diário de Notícias, de 26 Novembro 2002), mas a questão continua a ser equacionada, parecendo tender agora para uma solução no âmbito da redefinição da divisão administrativa de Lisboa (v. mapa anexo). Acresce que também a ausência de um centro de saúde e a falta de mais uma escola pública têm dado azo a protestos, se bem que a freguesia possua um moderno centro de saúde, ainda que localizado no Bairro da Encarnação, enquanto a Escola Básica Integrada com Jardim de Infância (EB1/JI) Vasco da Gama, situada na zona Norte do Parque das Nações, apresenta anualmente crianças em lista de espera, mas não propriamente de residentes na respectiva área de influência. Em todo o caso, para dar resposta à procura registada nos últimos anos, na Zona Sul do Parque das Nações, foi oficialmente inaugurada no final de 2010 uma nova EB1/JI, pertencente ao Agrupamento de Escolas Eça de Queiroz, dotada de oito salas do 1.º ciclo e de quatro salas de jardim-de-infância, respectivamente, para 192 alunos dos primeiros quatro anos da escolaridade obrigatória e para 100 crianças em idade pré-escolar, para aí transferidos, a partir de 2011, de instalações precárias (Olivais, 2010, n.º 215).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Do que precede, pode dizer-se em jeito de remate que Olivais contemporâneo constitui uma pluralidade sócio-espacial. Há de facto vários Olivais, que influenciam e que são influenciados por diferentes envelopes ecológicos, para usarmos a expressão de Michel Lamy (2001). Falamos sucessivamente: de Olivais Velho, onde “tudo” começou; do Bairro da Encarnação, dos anos quarenta do século passado; e dos novos Olivais, saídos das urbanizações na parte norte e sul, nos anos 60, complementados nos “prolongamentos” edificados na década de noventa em várias direcções, culminando no Parque das Nações. Os Olivais contemporâneos reflectem, em larga medida, uma preocupação de ordenamento da cidade alargada através de um planeamento à escala regional, gizada na década de 60 do século passado por uma equipa que integra jovens arquitectos, no número dos quais pontificam Teotónio Pereira e Nuno Portas, entre outros. Desde então, a freguesia perdeu em definitivo as características rústicas e de periferia que possuía, para afirmar e consolidar a sua especificidade urbana, de que o pólo localizado e centralizado no Parque das Nações é a expressão mais recente e mais marcante, porventura uma “ilha” (eventualmente até de “excelência”), embora com risco de algum isolamento relativamente ao contexto alargado envolvente (Ferreira, 2004). Criada vai para mais de seis séculos nos arrabaldes de Lisboa, Santa Maria dos Olivais é uma constelação de contrastes.

Nela coexistem, confrontando-se, populações com diferentes percursos pessoais, habitacionais e sociais. Paralela e concomitante é de acentuar que Olivais é um nó rodoviário à entrada – ou saída, de Lisboa, um “laboratório” de urbanizações – da Encarnação a Olivais-Sul e Parque das Nações, de permeio com Olivais-Norte, sem esquecer o bairro municipal do Casal dos Machados, mas também os bairros da Quinta das Laranjeiras e Alfredo Bensaúde – todos eles em processo de degradação, mas para os quais foi anunciado publicamente, em Novembro de 2010, um plano de recuperação abrangente da zona Oriental de Lisboa (Dos jornais de 16/11/2010). Trata-se não só da maior das 53 freguesias de Lisboa em dimensão física, como também da mais populosa (46 410 residentes em 2001 – v. quadro 2), mau grado o declínio demográfico observado nas duas últimas décadas. De facto, o número dos seus residentes que em 1981 chegou aos 61 941 indivíduos, o que correspondia ao volume mais alto desde que em Portugal se realizam Recenseamentos Gerais da População, passou para 46 410, em 2001, depois de em 1991 terem sido apurados 51 367 residentes (INE, 1991, 1996, 2002). Uma vez que, em 2001, Lisboa tinha 564 657 habitantes, isso quer dizer que, no início do Milénio, Santa Maria dos Olivais era local de residência de oito por cento dos habitantes da capital, por conseguinte, olivalenses que de uma forma ou de outra concorrem para fazer cidade. Neste contexto, e a terminar, caberá perguntar como terão sido, realmente, a evolução demográfica e a evolução do edificado nos dez anos passados, isto é, desde os Censos 2001? Evidentemente que a essas questões, tal como a outras tão pertinentes como a distribuição etária, condições perante o trabalho, qualificações..., de par com as características e condições do edificado habitacional, só os recenseamentos gerais da população e da habitação (Censos 2011) poderão ajudar a responder. Uma reflexão acerca desses domínios ficará, pois, para quando os resultados definitivos vierem a ser publicados.

BIBLIOGRAFIA

- Baptista, Luís Vicente. (1999). *Cidade e habitação social: o Estado Novo e o programa das casas económicas em Lisboa*. Oeiras: Celta.
- Boletim do Instituto Nacional do Trabalho e Previdência*. (1964). Discurso feito pelo Senhor Ministro das Corporações e Previdência Social, Prof. Doutor Gonçalves de Proença, quando da inauguração do Bairro de Casas Económicas de Olivais-Sul, em 10 de Junho de 1964. Lisboa: INTP, Ano XXXI, 11, (15 Jun.) 497-503.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2005). *Levantamento da Planta de Lisboa: 1904-1911*. Lisboa: CM.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2004). *Quatro estudos de caso: Santa Catarina, Alvalade, Benfica e Expo Sul*. Lisboa: CM-Pelouro de Licenciamento Urbanístico e Planeamento Urbano.
- Câmara Municipal de Lisboa. (2001). *Lisboa: obra feita*. Lisboa: CM.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1996). Olivais-Sul: centro cívico comercial principal. *Boletim do Gabinete Técnico da Habitação*. Lisboa: CM. 54 40-41.
- Câmara Municipal de Lisboa. Lisboa. *Revista Municipal*. Lisboa: CML. 20 (1987) 76-77.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1974). *Livro das Posturas Antigas*. Lisboa: CM.

- Câmara Municipal de Lisboa. (1963a). *Olivais-Sul. Revista Municipal*. Lisboa: CM 97 70-01.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1963b). *Olivais-Norte. Revista Municipal*. Lisboa: CM 98 24-33.
- Câmara Municipal de Lisboa. (1963c). *Olivais-Sul*. Lisboa: CM-Gabinete Técnico da Habitação.
- Câmara Municipal de Lisboa. [S.d.] *Olivais-Norte*. Lisboa: CM-Gabinete Técnico da Habitação.
- Campelo, Anabela; Branco, Rosa; e Ferreira, Susete. (2001). *Lisboa em mapas: informação geo-referenciada*. Lisboa: CML.
- Carvalho, Francisco. (2007). *Escola para todos? A educação de crianças com deficiência na perspectiva de ecologia humana*. Lisboa: Secretariado Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, Lisboa.
- Delgado, Ralph. (1969). *A antiga freguesia dos Olivais*. Lisboa: CML.
- Dias, Francisco da Silva; e Dias, Tiago da Silva (1993) *Lisboa: freguesia de Santa Maria dos Olivais*. Lisboa: Contexto.
- Ferreira, Vítor Matias. (2004). *Fascínio da cidade. Memória e projecto da urbanidade*. Lisboa: Ler Devagar.
- Gomes, Rosa Maria; e Gomes, Gilberto (coord. científica). (2006). *Os Caminhos-de-Ferro Portugueses 1856 – 2006*. Lisboa: CP – Comboios de Portugal, Público – Comunicação Social, SA.
- Instituto Nacional de Estatística (2004). *Nomenclaturas territoriais*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (2002). *XIV Recenseamento Geral da População. IV Recenseamento Geral da Habitação, Censos 2001 (Resultados definitivos)*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1996). *XIII Recenseamento Geral da População, Censos 91. Lisboa e Vale do Tejo. Resultados definitivos*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1991). *XII Recenseamento Geral da População. Resultados definitivos. Distrito de Lisboa*. Lisboa: INE.
- Instituto Nacional de Estatística. (1973). *11.º Recenseamento da População 1970. Estimativa a 20%*. Lisboa: INE, 1973
- Instituto Nacional de Estatística. (1966). *X Recenseamento Geral da População* (Tomo I, vol. 2.º). Lisboa: INE.
- Lamy, Michel. (2001). *L'introduction à l'écologie humaine*. Paris: Ellipses.
- Lemos, Fernando Andrade, org. e coord. (1997). *Um passeio pela memória dos Olivais*. Lisboa: Junta de Freguesia de Santa Maria dos Olivais.
- Lemos, Fernando; e Lemos, Rita. (1997). *Os Olivais em 1763: leitura do livro das décimas da cidade*. Lisboa: CML.
- Nunes, João Pedro (2007). *À escala humana: planeamento e arquitectura de habitação em Olivais Sul, 1959-1969*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.
- Nunes, João Pedro (2001). *Planeamento urbano e urbanidade projectada. Do bairro de Olivais Sul e de alguns contributos para uma sociologia do fazer cidade. Fórum Sociológico*. Lisboa: Instituto

de Estudos e Divulgação Sociológica da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 5/6, 2 série 257-277.

Olivais Ano XX, N.º 215, 2010 (Dez.) (www.jfsmo.pt. consulta em 31/01/2011).

Pereira, Nuno Teotónio; Freitas, António; e Portas, Nuno. (1969). Habitações em torre em Olivais Norte. *Arquitectura*. 10 (Julho-Agosto) 171-174.

Portugal, Fernando; e Matos, Alfredo. (1974). *Lisboa em 1758: memórias paroquiais de Lisboa*. Lisboa: Coimbra Editora.

Rodrigues; Teresa. (1995). *Nascer e morrer na Lisboa oitocentista: migrações, mortalidade e desenvolvimento*. Lisboa: Cosmos História.

Rodrigues; Teresa. (1990). *Crises de mortalidade em Lisboa: séculos XVI e XVII*. Lisboa: Livros Horizontes.

Silva, Augusto Vieira da. (1943). *As freguesias de Lisboa: estudo histórico*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa.

Silva, Carlos Nunes. (1994). *Política urbana em Lisboa 1926-1974*. Lisboa: Livros Horizonte.

Torres, Helena; e Portas, Catarina. (1995). *Olivais: retrato de um bairro*. Lisboa: Liscenter.

ANEXO

FREGUESIAS	2001
Ajuda	17 958
Alcântara	14 443
Alto do Pina *	10 253
Alvalade*	9 620
Ameixoeira	9 644
Anjos	9 738
Beato	14 241
Benfica	41 368
Campo Grande	11 148
Campolide	15 927
Carnide	18 989
Castelo	587
Charneca	10 509
Coração de Jesus	4 319
Encarnação	3 182
Graça	6 960
Lapa	8 670
Lumiar	37 963
Madalena	380
Mártires	341
Marvila	38 767
Mercês	5 093
Nossa Senhora de Fátima*	15 291
Pena	6 068
Penha de França	13 722
Prazeres	8 492
Sacramento	880

QUADRO 2

População residente nas freguesias do concelho de Lisboa (2001)

QUADRO 2*(continuação)*

Santa Catarina	4 081
Santa Engrácia	5 860
Santa Isabel	7 270
Santa Justa	700
Santa Maria de Belém	9 756
Santa Maria dos Olivais	46 410
Santiago	857
Santo Condestável	17 553
Santo Estevão	2 047
Santos-o-Velho	4 013
São Cristóvão e S. Lourenço	1 612
São Domingos de Benfica*	33 678
São Francisco Xavier	8 101
São João*	17 073
São João de Brito*	13 449
São João de Deus*	10 782
São Jorge de Arroios	17 404
São José	3 279
São Mamede	6 004
São Miguel	1 777
São Nicolau	1 175
São Paulo	3 521
São Sebastião da Pedreira	5 871
São Vicente de Fora	4 267
Sé	1 160
Socorro	2 675

Fonte: INE Censos 2001; * Freguesia criada em 1959